



A problemática das forças produtivas e o taylorismo no pensamento de Lenin

Angela Lazagna¹

Pretendo, através desta comunicação, apontar a concepção de Lenin acerca das forças produtivas, tentando diagnosticar a neutralidade por sua parte em relação às forças produtivas capitalistas e, neste sentido, entender o lugar privilegiado que o taylorismo ocupou na sua concepção sobre a transição socialista.

* * * * *

Temos, como ponto de partida, a aceitação da tese marxiana do importante papel do desenvolvimento da luta de classes na história. Marx, em *O Capital*, ao analisar a transição da manufatura à grande indústria, demonstra como o capital aprofunda suas formas de exploração e dominação sobre o proletariado para o aumento de sua acumulação. Neste sentido, Marx nos apresenta dois conceitos que dizem respeito a estes dois momentos: o de subsunção formal do trabalho ao capital, referente à separação formal dos trabalhadores dos meios de produção – primeiro momento – e o conceito de subsunção real do trabalho ao capital, quando os trabalhadores, para além de estarem separados dos meios de produção, também estão desapropriados do seu conhecimento da totalidade do processo produtivo – segundo momento – tornando-se um mero “apêndice da máquina”.

- - - - -

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – e membro do Centro de Estudos Marxistas – Cemarx. Email: angela_lazagna@yahoo.com.br

Porém, ao nos depararmos com as concepções de Lenin acerca das forças produtivas capitalistas, entendemos predominar aí uma concepção neutra sobre a ciência e a técnica capitalistas. Segundo Löwy², o controle da produção e da repartição seria, para Lenin, a medida que constituiria a transição para o socialismo.

Se considerarmos as concepções teóricas predominantes na II^a Internacional, teremos como o principal fator da transição o desenvolvimento autônomo das forças produtivas que entraria em contradição com o que seria a principal característica do modo de produção capitalista: a propriedade privada dos meios de produção. Neste desenvolvimento, estas relações de propriedade seriam destruídas, pois estariam impedindo a socialização e o crescimento das forças produtivas que realizaria a transição ao comunismo. A transição estaria reduzida a uma única causa.

Porém, as forças produtivas especificamente capitalistas compõem uma relação de “correspondência”³, e não de simples contradição, às relações de produção que condicionam o processo de reprodução do capital. Este processo, para além de ser caracterizado por formas “superestruturais”, é fundamentalmente caracterizado pela luta de classes na produção, na qual a burguesia desempenha o papel dominante no sentido da transformação contínua da técnica e da organização do processo de trabalho, ou seja, das forças produtivas. Tal alteração das condições técnicas e da organização do processo de produção constitui o momento determinante da reprodução das relações capitalistas, relações estas baseadas na extração cada vez maior de mais-valia relativa⁴.

Portanto, o modo de produção capitalista é caracterizado fundamentalmente pelas “... relações de produção que opõem o capital aos trabalhadores assalariados num processo de produção de mais-valia”⁵.

Martorano⁶ afirma que se as forças produtivas são consideradas o único motor do desenvolvimento histórico, o papel da luta de classes, enquanto o motor

2 Michel Löwy, *Método dialético e teoria política*. 2a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

3 Segundo Etienne Balibar, “Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico”. In: Louis Althusser, Etienne Balibar, R. Establet, *Ler o Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, volume II, 1980, os conceitos de correspondências e não-correspondências são utilizados por ele da mesma forma que foram utilizados primeiramente por Charles Bettelheim em seu livro *Les cadres socio-économiques et l'organisation de planification sociale*, “*Problèmes de Planification*”.

4 H. D. Magaline, *Luta de classes e desvalorização do capital*. Lisboa, Moraes, 1977.

5 Etienne Balibar, op. cit., p. 31.

6 Luciano Martorano, *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo, Anita Garibaldi/Xamã, 2002.

das transformações ocorridas no modo de produção capitalista e também no período de transição de um modo de produção a outro, é inexistente. Na lógica economicista, segundo Martorano⁷, a superestrutura não teria papel algum na implantação de novas relações de produção e seria determinada univocamente pela estrutura econômica; em decorrência da ação das forças produtivas é que se transformariam o Estado, o direito, a ideologia sendo a esfera jurídico-política acionada no final deste processo de transição. No caso de uma transição socialista, o papel do político na transição e da primazia da política e o papel da ditadura do proletariado – que transformaria o Estado capitalista em um semi-Estado, segundo a tese defendida por Marx a partir da experiência histórica da Comuna de Paris – seriam negados.

Reduzir as relações de produção ao desenvolvimento autônomo das forças produtivas é obscurecer, fetichizar a principal contradição inscrita no modo de produção capitalista: a contradição capital-trabalho. Quebrar com o “invólucro” das forças produtivas para o seu pleno desenvolvimento, ou seja, destruir as relações de propriedade privada não significa o fim das formas de existência das classes sociais e, conseqüentemente, da luta entre tais classes, pois

Estas condições inscrevem-se, de fato ..., não nas formas jurídicas de propriedade, mas nas *relações de produção*, ou seja, na *forma do processo social de apropriação*, no lugar que a forma desse processo destina aos *agentes da produção*, isto é, nas *relações que se estabelecem entre eles* na produção social⁸.

Portanto, analisar as relações de produção relacionando-as à divisão do trabalho especificamente capitalista, permite-nos entender como se dá o processo de produção e reprodução destas relações e em que sentido elas precisam ser transformadas.

Retornando a Balibar⁹, não se pode falar da existência de uma contradição entre forças produtivas e relações de produção, mas sim na constituição de uma relação de “correspondência” e “não-correspondência” entre elas, sendo que a correspondência refere-se à dinâmica, à reprodução de um determinado modo de produção e a não-

7 Luciano Martorano, op. cit.

8 Charles Betelheim, *Luta de classes na União Soviética: Primeiro período (1917 - 1923)*. 2a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 29.

9 Etienne Balibar, op.cit.

correspondência, ao período de transição de um modo de produção a outro.

Balibar afirma que o aumento da produtividade do trabalho no modo de produção capitalista está limitado pela natureza das relações de produção, natureza esta marcada pela formação da mais-valia relativa. A produtividade do trabalho, neste sentido, corresponde aos limites de variação da jornada de trabalho, à relação entre trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e sobretrabalho (sendo a tendência do capital sempre no sentido de diminuição do trabalho necessário e aumento do sobretrabalho). Dessa forma,

Reencontramos, pois, aqui, não a contradição, mas a *complexidade* do modo de produção ... como dupla articulação do modo de produção ('forças produtivas', relações de propriedade dos meios de produção): os limites internos do modo de produção nada mais são do que a limitação de cada uma dessas relações pela outra, isto é, a forma de 'correspondência' delas ou da 'subsunção real' das forças produtivas sob as relações de produção¹⁰.

Neste sentido,

A contradição não é, pois, *originária*, mas *derivada*. Os efeitos são organizados numa série de contradições particulares, mas o processo de produção desses efeitos não é de modo algum contraditório¹¹.

Gostaria de deixar claro que Balibar não abandona a importância do papel do desenvolvimento das forças produtivas na transição. Retomando sua tese, o que ele ressalta é que a contradição existente no modo de produção não é uma simples contradição entre forças produtivas e relações de produção. Balibar, baseando-se em Althusser, entende o modo de produção como uma "totalidade estruturada". Desta forma, se esta única contradição existisse de fato, o modo de produção não se reproduziria. Para que a reprodução ocorra, há que existir uma correspondência entre infra e superestrutura. Por isto a contradição não é *originária*, mas *derivada* do

10 Etienne Balibar, op.cit., p. 256-257.

11 Idem, ibidem, p. 254 (grifo meu).

desenvolvimento das forças produtivas¹². Se os limites do modo de produção capitalista estão relacionados às “correspondências” que articulam forças produtivas e relações de produção no interior da estrutura desse modo de produção, a supressão destes limites implica na supressão desta correspondência.

A relação de “não-correspondência” dar-se-ia se a natureza política do Estado se transformasse frente a sua base econômica, o que Balibar denomina de antecipação do político por defasagem do econômico. Nos baseando na experiência histórica da Revolução Francesa, podemos dizer que a sociedade francesa pré-revolucionária era marcada por um Estado ainda de tipo feudal que, juridicamente, encampava a desigualdade social estrutural daquela sociedade. Mesmo o comércio e a manufatura, presentes naquele período, eram circunscritos à uma economia ainda feudal. Foi necessário uma revolução política para que se criassem as condições de formação de uma força de trabalho livre e de um mercado de trabalho para que as forças produtivas especificamente capitalistas se desenvolvessem e entrassem em correspondência com este Estado de nova natureza política¹³. O desenvolvimento das forças produtivas pode gerar efeitos secundários que propiciarão o surgimento de elementos que podem condicionar a transição.

A transição socialista implicaria na transformação do “trabalhador coletivo” – trabalhadores que são caracterizados pela sua inserção nas relações de produção capitalista e dominados por elas e que intervêm coletivamente frente às máquinas, estando divididos hierarquicamente e organizados em unidades de produção separadas – em “trabalhador associado”, conceito que designa o que Marx chama de trabalhadores “livremente associados”; tais trabalhadores participariam de relações completamente diferentes daquelas que os submetem ao capital, ou seja, não se teria mais a divisão especificamente capitalista do trabalho; extinguir-se-iam as separações entre trabalho de direção e de execução, entre cidade e campo, entre “unidades de produção organicamente separadas”¹⁴.

O que nos mostra a experiência da Revolução cultural chinesa é que a apropriação

12 Ver, neste sentido, Louis Althusser, “Contradição e sobredeterminação”. In: *A favor de Marx*, 2a ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1979. Pode-se recorrer, neste texto, ao conceito de sobredeterminação, conceito que serve para indicar o lugar da política no processo de transição, processo determinado, em última instância, pela economia.

13 Ver, a este respeito, Armando Boito Jr, “Os tipos de Estado e os problemas da análise poulantziana do Estado absolutista”, *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, no 7, 1998.

14 Charles Betelheim, *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

social dos meios de produção, ou seja, a dominação real exercida coletivamente sobre eles pelos produtores imediatos implica que “...a *unidade* da classe operária tenha sobrepujado a *divisão* [capitalista do trabalho] e que, em conseqüência, a unidade dos produtores imediatos com seus meios de produção domina sobre a separação”¹⁵.

Não podemos desconsiderar que a análise do Estado realizada por Lenin em *O Estado e a Revolução*, escrito em 1917, é fundamental e norteadora para uma estratégia revolucionária, ou seja, a tese principal desta análise é a da destruição do aparelho de Estado burguês através da revolução proletária. Sem uma revolução política que instaure a ditadura do proletariado, não há transição.

Porém, consideramos, em conseqüência destas análises, que não se situa no horizonte teórico e histórico de Lenin a transformação das forças produtivas capitalistas no tocante à realização da transição socialista. Porém, ele não considera a estatização dos meios de produção como causa do surgimento de novas relações de produção socialistas. Segundo Bettelheim,

No que concerne ao ‘poder de Estado’, este não assume ... um caráter autenticamente proletário, donde, na opinião de Lenin, a necessidade de ‘defender os interesses materiais e morais do proletariado inteiramente unido contra esse poder de Estado’¹⁶.

Segundo o próprio Lenin,

Pode ser-se decidido ou indeciso na questão da nacionalização, da confiscação. Mas a essência está em que mesmo a maior ‘decisão’ do mundo é insuficiente para passar da nacionalização e confiscação à socialização (...) a socialização distingue-se exatamente da simples confiscação em poder-se confiscar apenas com a ‘decisão’, sem saber contar corretamente e distribuir corretamente, mas é impossível socializar sem saber isto¹⁷.

Além da distinção entre nacionalização e socialização, “O recenseamento e o

15 *Idem*, *ibidem*, p. 126.

16 Charles Bettelheim, *Luta de classes*, cit., 93.

17 V. I. Lenin, *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, vol. 3, 1980, p. 598.

controle, segundo Lenin, indispensáveis para passar ao socialismo, só podem ser obras das massas¹⁸, ou seja, as massas representam um papel importante no período de transição.

Segundo Martorano, Lenin e os bolcheviques estavam diante da primeira experiência de revolução proletária já ocorrida. Porém

... o limite histórico apresenta-se também como limite teórico, na ausência para os bolcheviques de uma teoria da transição socialista que tivesse como objeto a revolucionarização socialista das relações de produção¹⁹.

Lenin via nos operários industriais todo o potencial revolucionário. Daí a tentativa de homogeneização da classe trabalhadora através da racionalização do trabalho através do taylorismo, o que daria a todos os trabalhadores a possibilidade de acesso ao que de mais “moderno” era oferecido por aquela época e daí a possibilidade de democratização da sociedade russa.

Quando se anuncia em Lenin a necessidade da transição socialista, anuncia-se aí o lugar privilegiado do sistema Taylor em seu pensamento: a racionalização técnica da produção como forma transitória que preparasse o comunismo na época do capitalismo monopolista²⁰.

A vantagem técnica do taylorismo para Lenin seria a diminuição da jornada de trabalho pela introdução de técnicas que beneficiariam uma maior produtividade, com um duplo aspecto positivo: tirar a Rússia do caos econômico, sanar o problema da fome – satisfação das necessidades – e, com a diminuição da jornada de trabalho, incentivar a participação do operário russo na vida política do novo Estado soviético, permitindo a todos o exercício das “funções públicas” – o operariado rumo ao reino da “liberdade”, ao “comunismo” –, isto sendo, segundo Linhart, na concepção leninista, uma “... iniciação das massas a uma nova prática social de direção do Estado e da economia...”²¹. Porém,

Revolucionar as relações de produção no marco da construção do socia-

- - - - -

18 Idem, *ibidem*, p. 444.

19 Luciano Martorano, *op. cit.*, p. 42.

20 Robert Linhart, *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p. 87.

21 Idem, *ibidem*, p. 104.

lismo supõe não aceitar como ‘natural’ ou ‘imutável’ uma divisão do trabalho, fundamentalmente a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que não é senão o produto da estrutura econômica e política e fundamento de suas classes sociais²².

Segundo Lenin, com a simplificação do trabalho manual, preparar-se-ia o momento para que todos dele participassem. Entretanto, Lenin não enxerga o núcleo duro do sistema Taylor: empobrecimento intelectual do processo de trabalho, ou seja, expropriação cada vez maior do saber-fazer operário para a melhor racionalização da produção e conseqüente aumento da produtividade e o aumento da burocracia, devido à necessidade por este sistema de quadros de gerenciamento para a prescrição e controle do trabalho.

Para Lenin, a redução do trabalho a tarefas parcelárias, simples e padronizadas, conduzindo tal fato à expropriação do saber – divisão do trabalho de direção e execução – na Rússia transformar-se-ia numa apropriação coletiva do trabalho, gerando um novo operário russo, porém, este subordinado a uma racionalidade técnica do processo produtivo e a uma ideologia disciplinar deste Estado. Entretanto,

A classe operária, mesmo após a revolução ‘socialista’, permanece separada dos meios de produção, sem qualquer controle sobre o processo de trabalho, expropriada objetiva e subjetivamente das condições materiais de produção²³.

Duas condições são instauradas por Lenin para livrar o sistema Taylor do capitalismo: 1. tal sistema, no modo de produção russo, seria orientado pelos próprios trabalhadores – apropriação coletiva do saber e não mais expropriação do saber; 2. com o crescimento da produtividade, haveria a possibilidade da diminuição da jornada de trabalho e conseqüente participação política da massa de produtores. Lenin acreditava, assim, que a revolução técnica traria a possibilidade de uma profunda transformação no “estado de espírito das massas”. Em sua concepção, a supressão da

22 Senent-Josa, apud, Benjamin Coriat, *Ciencia, tecnica y capital*. Madrid: H. Blume, 1976, p. IX.

23 Márcio Naves, “A Transição socialista e a democracia”, *Outubro*, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, no 4, 2000, p. 94.

divisão do trabalho manual/intelectual não seria resultado de uma ação deliberada do proletariado e sim, produto final do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, "... o centro de gravidade da tomada do poder pelas massas é o Estado e não o processo de trabalho produtivo"²⁴.

De acordo com Coriat²⁵, o taylorismo é a organização da subsunção real do trabalho ao capital. A quebra do saber operário com a D.C.T. – Direção Científica do Trabalho – acarreta a destruição de um modo de resistência de uma classe operária (organizada sindicalmente) ao aumento da produtividade, classe esta até então ainda portadora de um saber mais complexo do processo produtivo. Tendemos, neste sentido, a entender o taylorismo como mais um dos momentos da constante ofensiva do capital em sua reestruturação, através da expropriação cada vez maior do saber operário para a obtenção sempre crescente da mais-valia e não como uma possibilidade para a edificação do socialismo.

24 Robert Linhart, *op. cit.*, p. 93.

25 Benjamin Coriat, *op. cit.*